

# O ogro historiador em busca do homem real\*

*José Rivair Macedo\*\**

Os leitores da Nova História poderão inicialmente estranhar que Jacques Le Goff, seu principal mentor intelectual na França e um dos maiores expoentes da medievalística nas últimas décadas, tenha se dedicado exaustivamente à elaboração de uma biografia histórica. Isto porque, indubitavelmente, esse gênero historiográfico – em geral atrelado à história política –, permaneceu durante muito tempo em segundo plano na preferência dos historiadores. Há quase vinte anos, todavia, Le Goff indagava, no ensaio “A política será ainda a ossatura da história?” (*In: O Maravilho e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa, Edições 70, 1983) sobre o lugar legítimo da história política no âmbito da pesquisa, refletindo a respeito das possibilidades de estudo desse campo de estudo, apontando alternativas de abordagem pelo viés da antropologia política aplicada aos fenômenos históricos.

Indo além das propostas, pôs em prática suas reflexões. Nos últimos quinze anos perseguiu as evidências conservadas a respeito de uma das maiores personalidades políticas da Europa no século XIII, o rei francês da dinastia Capetíngia Luís IX, o célebre São Luís. Juntou documentos e referências durante uma década, sistematizando os dados, discutindo aspectos da vida do santo rei em congressos e seminários especializados. Passou três anos preparando a biografia histórica publicada em 1996 pela editora Gallimard, recentemente traduzida no Brasil pela Editora Record.

Na França, a obra foi recebida com entusiasmo. Quem melhor sintetiza o valor desse trabalho é nada menos que Robert Fossier, outro nome importante da medievalística contemporânea. Eis suas impressões:

*“Estávamos acostumados a ver em Le Goff o homem de sínteses vigorosas, o pioneiro de ‘um novo conceito de Idade Média’, o investigador da ‘longa duração’. E eis que ele nos revela o que ‘guardava’ consigo durante quinze anos, ‘seu’ Saint Louis - um*

*compendium da pesquisa antropológica erudita e da análise minuciosa e intimista, obra dotada de uma familiaridade no tom, de um frescor espontâneo, de uma abertura sobre seu próprio eu, que resultam em leitura fascinante. O que não desagradará a Deus! Pode-se dizer que Le Goff quis nos dar seu testamento!” (Revue Historique, nº 601, 1997, p. 269).*

Vemo-nos, pois, diante de trabalho sólido, exaustivo e minucioso que, sem pretender ser definitivo, reavalia o papel do indivíduo na história, bem como os instrumentos de pesquisa e os métodos a serem aplicados nesse tipo de investigação. Afastando-se das abordagens convencionais presentes na biografia – que em geral limitam-se a apreender os traços psicológicos do sujeito em exame, os fatos determinantes da trajetória individual e sua inserção no contexto de uma época -, Le Goff vai bem mais longe. Propõe uma abordagem totalizante da história de São Luís, pretendendo compreender as ações do rei no ambiente político em que ele viveu, na economia e na cultura de que fez parte, com vistas a delinear as interferências recíprocas entre indivíduo e sociedade. Em outros termos, São Luís é focado na qualidade de objeto complexo de estudo, e sua existência real, na condição de problema historiográfico.

A escolha não poderia ser melhor, porque nos passos da personagem estão as marcas de uma vivência emblemática. Governante de um dos reinos mais poderosos do medievo, Luís sintetizou melhor que ninguém as virtudes do líder cristão. Entronizado em 1226, aos 12 anos, dividiu com a mãe – Branca de Castela – os papéis de governo até a maioridade. Viu-se às voltas com revoltas senhoriais, consolidou as instituições monárquicas implantadas pelos antepassados de sua dinastia, interferiu nas relações entre papas e imperadores, disputou territórios com os soberanos ingleses, liderou as expedições de cruzada organizadas em 1248 e 1270, vindo a morrer em Túnis, na África, por ocasião daquela que se considera a última cruzada promovida pelos cristãos ocidentais. Reformador das normas e costumes vigentes em seu reino, adepto fervoroso dos preceitos da vida cristã, gozou já em vida da fama de santidade. Seu processo de canonização teve início logo após a morte, vindo a ser concluído em 1297, quando foi reconhecido oficialmente como São Luís.

A personagem corporificou, pois, ideais diversos pertencentes ao sistema de valores da Cristandade latina. Como governante, encarnou o tipo do “rei cristianíssimo”, do governante aureolado pela sacralidade das insígnias reais, foi defensor intransigente da ordem moral e o exemplo do bom cavaleiro cristão. Como santo, expressou os valores da Igreja, sobretudo o ideário das novas ordens monásticas surgidas no século XIII: a dos dominicanos e a dos franciscanos. Daí sua excepcional importância na memória clerical e nas tradições da monarquia francesa; sua continuada presença em obras laudatórias de caráter hagiográfico escritas desde o momento de sua morte; sua inserção obrigatória nas crônicas nacionais francesas; sua eleição, na atualidade, como “figura de proa”, rememorada freqüentemente em biografias.

Por tudo isso, Le Goff dedica-lhe as 870 páginas do livro. Mas há outra razão, possivelmente mais significativa. Por se tratar de personagem paradigmática, a vida concreta de São Luís foi eclipsada, ou, pelo menos, confundida, com os modelos aos quais esteve associado. Subtraindo a função de rei, e as qualidades do santo, o que sabemos sobre o indivíduo chamado Luís? O que restou da pessoa cujo destino reservou o papel de servir de referência a toda uma época? Seria possível ao pesquisador penetrar nas entrelinhas dos testemunhos históricos e recompor os traços mais íntimos e “verdadeiros” da personalidade do rei? Eis o problema formulado pelo historiador, aquele que define as linhas de rumo de toda a obra.

A primeira parte denomina-se simplesmente “A Vida de São Luís”. Poderíamos, de bom grado, denominá-la “contextualização”, pois sua função na economia do texto é, antes de tudo, situar a personagem no tempo e no espaço. O pesquisador limita-se a enfatizar os momentos marcantes da história de vida do rei: trata de seu nascimento; entronização; casamento; de sua inserção nos problemas dinásticos, no jogo de alianças e querelas aristocráticas; de sua atuação como administrador; de sua liderança na Cristandade; de seu processo de canonização. É a parte em que o historiador das “mentalidades” cede lugar ao biógrafo tradicional, atento aos fatos e datas, preocupado com as divergências de interpretação dos eruditos diante dessa ou daquela passagem significativa concernente ao monarca.

A segunda parte é bem mais densa, e tem propósito diverso. Estrutura-se na questão da produção da memória real e traz em seu subtítulo a indagação provocativa: “*São Luís existiu?*”. O objetivo básico é verificar, com base em métodos científicos - quer dizer, demonstráveis e verificáveis -, como e por que se produziu a memória histórica do santo rei. Na empresa do investigador subsiste um problema de pesquisa, expresso nos seguintes termos: “*É o modelo de um rei, um tipo de santo que se construiu, ou esse rei, esse santo, é alguém que existiu?*”(p. 281). Nada aqui faz lembrar a habitual “crítica das fontes”, tão comum entre os historiadores. Mais que estabelecer os dados constantes nos testemunhos, o investigador deseja testar a objetividade deles, extrair sua porção de “verdade”.

Daí em diante, sua abordagem passa a ser permeada por sucessivas operações analíticas visando a “desmontagem” dos testemunhos e narrativas que constituem a memória documental do santo rei. Pouco a pouco são desvendados os lugares comuns e os topos inseridos nas *Vita* - textos hagiográficos compostos pelos frades mendicantes -, em que se apresentam os modelos de santidade monástica do rei; nas biografias preparadas pelos clérigos vinculados à abadia de Saint-Denis, importante centro de difusão da memória dinástica capetíngia; nos documentos oficiais da chancelaria real, onde se construiu o perfil do Estado monárquico francês; nos livros preparados para a educação dos príncipes; nas crônicas e relatos de “estrangeiros” (ingleses, como Mateus Paris, e italianos, como Fra Salimbene); nos textos morais divulgados nos sermões dominicais, chamados *exempla*; na retórica que o associou aos reis bíblicos do Antigo Testamento, especialmente a Davi e ao rei Josias.

Na busca incessante de concretude por detrás dos estereótipos clericais e dos chavões criados pelos difusores da memória monárquica Le Goff se comporta, ele próprio nos diz, como um “*ogro historiador amador da carne fresca da história que lhe é tão frequentemente recusada*” (p. 129). A carne fresca, os sinais de vida real, ele encontrou nas memórias de um fiel seguidor do rei, que não era monge, nem legista do palácio, mas um homem de armas: o cavaleiro Jean de Joinville. A biografia de São Luís, composta por um Joinville octogenário em 1309, é o único depoimento a nos mostrar a outra face do rei, a retratar seus gestos habituais, seus traços de comportamento particulares. Diante de tal testemunho, é Le Goff quem nos diz, o historiador tem então “*o sentimento raro e sem*

*dúvida enganador, mas ao qual finalmente, exercido todo o seu dever crítico, fica reduzido de confiar para julgar sobre a autenticidade de um testemunho, de estar diante do ‘verdadeiro’ São Luís” (p. 430).*

A emoção do autor deve-se ao fato de que, nas memórias de Joinville, escritas há quase setecentos anos atrás, desvela-se a possibilidade do encontro com a personalidade individual de São Luís. Questão à primeira vista secundária para nós, participantes de uma sociedade ancorada num individualismo por vezes atroz, mas que ganha pleno significado ao constatarmos, com os medievalistas, o fato de que o tipo de organização social vigente durante séculos na Europa pré-renascentista baseava-se fundamentalmente no grupo (familiar, étnico, econômico, religioso), desconhecendo, ou pelo menos discernindo com dificuldade a noção do “eu”.

Foi justamente no século XIII, designado por alguns como “o século de São Luís”, que a cultura européia registrou os primeiros sinais, senão de uma tomada de consciência do indivíduo, pelo menos de uma tendência à interiorização da vida moral, do desenvolvimento da autobiografia e do retrato, do exame de consciência pela confissão auricular, das transformações das técnicas intelectuais no abandono das “autoridades” em benefício da “razão”. Com efeito, São Luís foi o primeiro rei a ser lembrado falando e escrevendo em francês, um rei ao qual se atribuiu uma imagem tanto quanto possível semelhante à sua aparência real, um rei mais “pessoal” que seus predecessores (p. 451).

A terceira e última parte do estudo destina-se precisamente ao esboço desse retrato da personagem, fundado nos princípios de abordagem daquilo que o próprio Le Goff denominou anos atrás de “antropologia histórica”. O “ogro historiador” recompõe minuciosamente os cenários de atuação do rei, o uso que fez das imagens e da palavra, o valor de seus gestos no ambiente da corte e no plano religioso, as atitudes pessoais no exercício da autoridade e o caráter do governo que exerceu, a natureza de suas relações familiares, os sentidos possíveis de seu ideal de santidade. Com efeito, embora presa a lugares comuns partilhados pelos clérigos, a imagem do santo revela particularidades. Sua santidade não se enquadra completamente no modelo tradicional cristão: primeiro, porque foi leigo, casado, pai de onze filhos; depois, porque soube congregar sua função de

governante, de cavaleiro e de guerreiro, com sua conduta espiritual, sintetizando as três ordens (*oratores, bellatores, laboratores*) da sociedade cristã. Nesse sentido, Luís foi ao mesmo tempo um rei ideal e único, um santo com características singulares, um modelo de vida com personalidade própria.

Nas entrelinhas dos testemunhos, Le Goff conseguiu ver algo daquela personalidade. Pôde supor o esforço de independência do filho em face de uma mãe possessiva, que de certo modo o “programou” para a santidade; notar o distanciamento afetivo do marido em relação à esposa, Margarida de Provença, e do pai em relação aos filhos pequenos; identificar suas preferências do rei no círculo íntimo que se congregava no palácio; acompanhar os gestos de prazer do homem, seus momentos de lamentação e de riso; a intolerância do devoto cristão diante de hereges, muçulmanos e judeus. Pôde reconhecer, nesse homem peculiar tanto as virtudes quanto os defeitos, e inclusive registrar certas impressões (discretas, é verdade) desfavoráveis ao seu excesso de devoção, rigor e humildade, que pouco convinham a um governante. Um rei que chegou a ser caricaturado como “beato” e “carola”.

Por ocasião da canonização, Luís foi lembrado pelo papa Bonifácio VIII com o superlativo de “super-homem”, no sentido de que, em vida, teria ido além do que o comum dos mortais. Com habilidade, Le Goff recuperou aquilo que lhe foi retirado após a morte. A singularidade do livro reside no fato de que, sendo dedicado à biografia de alguém com lugar assegurado no “panteão” dos grandes líderes da história européia, sem negar tal condição, retrata-o sob outra perspectiva. Afinal, mesmo servindo de referência aos contemporâneos e à posteridade, os líderes não são, antes de tudo, seres humanos? Foi justamente esse aspecto que fascinou o historiador, a ponto de, na conclusão da obra, partilhar com o leitor suas próprias impressões pessoais a respeito do rei:

*“Acreditei compreender como lhe custou refrear seu natural, o calor de seu sangue na ação amorosa, a cólera ou o ímpeto físico, o gosto da boa alimentação, dos belos peixes e frutas bem frescas, a necessidade de rir e, se fosse Sexta-feira, o prazer de jogar conversa fora. Um homem, simplesmente um homem por trás do “super-homem” erigido pela bula de canonização. E concebi para ele uma mistura de admiração e amizade, o afastamento no tempo e a impertinência do historiador permitindo-lhe esquecer sua*

*condição. Tornei-me, sem procurar saber se ele me aceitava, um de seus íntimos, pus-me, enfim, em condições de sentir por ele os sentimentos que nutrimos por alguém muito próximo. E o detestei tanto quanto o amei. Um detestar, certamente, que provém de meus sentimentos de homem do século XX” (p. 788).*

\*\*\*

Eis, em breves linhas, o conteúdo dessa obra monumental. Ressalte-se, contudo, algumas particularidades do texto editado em português. Em toda tradução, como se sabe, há sempre um trabalho minucioso por parte desses profissionais quase anônimos, imbuídos da tarefa árdua de dar a entender, da maneira mais fiel possível, o que um autor estrangeiro escreveu. Os limites entre a transposição literal e a interpretação de determinados termos, são sempre difíceis de estabelecer. No caso da tradução da obra de Le Goff, algumas opções de Marcos de Castro – o tradutor – poderão não agradar aos historiadores e ao público em geral.

Com o intuito de manter-se o mais fiel possível ao texto original, Marcos de Castro optou muitas vezes pela versão “ao pé da letra” de termos já incorporados ao vocabulário dos historiadores de língua portuguesa, que soam estranhos “ao pé do ouvido”. A ordem religiosa e militar dos Hospitalários aparece grafada, por exemplo, como Ordem dos Hospitaleiros; o líquido quente utilizado como arma no cerco a fortalezas, conhecido por “fogo grego”, aparece como “fogo greguês”; os administradores de Paris, denominados “prebostes”, são designados pelo vocábulo “prepostos”; a função de “camareiro” (chambellan) do palácio real é traduzida com o uso da palavra “camarista”, entre outros casos similares.

Num trecho da edição francesa, Le Goff afirma, a propósito do cronista franciscano chamado Frei Salimbene: “*Salimbene, qui avait la bougeotte, a obtenu de suivre le roi de France jusque dans le Midi*”(p. 457), passagem traduzida da seguinte maneira: “*Salimbene, que tinha bicho-carpinteiro, conseguiu licença para seguir o rei de França até o Sul*”(p. 403). Acontece que a palavra “bougeotte” pode ser traduzida tanto como “bicho-carpinteiro”, que é uma espécie de escaravelho, quanto como “inquietação”, “agitação”.

Afinal, o que o autor queria dizer era simplesmente que o cronista, por ser naturalmente inquieto, acompanhou o rei até o sul do reino!

Marcos de Castro realizou leitura minuciosa do texto original. Detectou inúmeras incorreções, de responsabilidade dos revisores franceses, ou as considerou “erros de digitação” (nem Le Goff está livre de cometer esses pequenos “pecados veniais” da profissão). São erros de datação, incoerências nas citações, e, principalmente, erros gramaticais nas citações em latim ou falta de precisão nas citações de capítulos e versículos bíblicos. As notas de rodapé entre colchetes, inseridas pelo tradutor, estão repletas de advertências quanto a esses lapsos. Mas também há erros miúdos de revisão de responsabilidade da edição brasileira, que nem por isso comprometem a fluência do texto. Porém, na medida em que se estabeleceu uma espécie de “jogo de gato e rato”, ficamos na dúvida quanto ao real propósito do erudito brasileiro: esclarecer os leitores ou interferir na redação original?

Um exemplo, entre outros. Em certa passagem, Le Goff informa-nos que dois filhos de São Luís tinham o prenome João, de origem castelhana. É o suficiente para que nosso tradutor, em nota de rodapé, registre o seguinte: “*O autor com toda certeza não se refere à origem etimológica do nome (hebraica, como se sabe), mas, parece, ao fato de João ser nome muito usado na Espanha. Provavelmente muito usado entre a nobreza – não tenho dados para afirmar, mas certamente os Capeto não adotariam um nome usado apenas pelo povinho miúdo*”(p. 652)!? Intervenção absolutamente desnecessária, primeiro porque não esclarece nada relativo a onomástica, depois porque revela seus próprios preconceitos, e, por fim, porque, no início do livro, o autor já tinha dito que os prenomes João e Afonso foram introduzidos na família real francesa pela rainha Branca, proveniente do reino de Castela, da atual Espanha (p.37).

Parte desses pequenos dilemas poderiam ter sido resolvidos, segundo pensamos, mediante a consulta do tradutor a um profissional familiarizado com o assunto tratado. Marcos de Castro registra em suas notas efusivos agradecimentos a Luís Paulo Horta pelos esclarecimentos sobre os gêneros da música medieval (p. 507), bem como sua dívida de gratidão para com Maria Amélia Pontes Vieira Alcofra, professora de Língua e Literatura

Latina na Universidade Federal do Rio de Janeiro, acrescentando: *“Todas as minhas observações sobre as citações latinas, aqui, passaram pelo seu crivo sapientíssimo, foram assim enriquecidas, corrigidas e melhoradas. Tive a honra e o prazer de ser aluno de Amelinha, como todos a chamávamos com carinho na Faculdade Nacional de Filosofia, nos tempos da velha Universidade do Brasil. E todos sabíamos que lidávamos não só com uma latinista amorosa e incomparável, mas com uma pessoa humana rara. Em uma palavra, é isso: uma pessoa como poucas”* (p. 769).

Na lista, só faltaram os historiadores!

#### **NOTAS:**

\* (resenha da obra de Jacques Le Goff: *São Luís. Zero Hora* – Caderno de cultura, 04/09/99, pp. 2-3).

\*\* Doutor em História Social pela FFLCH-USP. Professor do Departamento de História, IFCH-UFRGS.